

O que é um Estado pária?

George Joffé

A oposição aos interesses ocidentais - e, sobretudo, americanos - é uma condição essencial para que um país se veja confrontado com a hostilidade do resto do mundo.

A chegada ao poder da Administração Bush em Washington fez reaparecer algum vocabulário esquecido, a par do seu novo entusiasmo pela defesa antimísseis. Na realidade, os dois fenómenos estão ligados, dado que o vocabulário agora ressuscitado é o dos "Estados párias" e a sua importância tem a ver com o facto de se ter tornado a justificação para o projecto de defesa antimíssil.

Afinal, contra quem se ergue a nova e maciça panóplia de poder antimísseis balísticos americana senão contra esses Estados, governados por regimes de tal irracionalidade que poderiam considerar lançar os seus mísseis contra os Estados Unidos, a menos que existam medidas para os impedir? Esta é, pelo menos, a lógica superficial, porque no fundo, enraizada na psique da Administração Bush, está a convicção maniqueísta de que existem também inimigos reais que estão, não na Rússia como no passado, mas sim na China.

No entanto, nas relações internacionais, as expressões feitas usadas em política e diplomacia têm o desagradável hábito de se tornarem realidade, de forma que — embora existam razões geopolíticas genuínas para Washington recear o crescimento do poderio chinês, tanto a nível militar como económico — a constante repetição do argumento dos "Estados párias" acaba por convencer tanto os estrategas em Washington de que esta é a principal ameaça estratégica, como os regimes "diabolizados" de que possuem um poder extraordinário.

Já aconteceu antes: lembrem-se da forma como a Líbia foi apresentada como um Estado terrorista pela Administração Reagan durante anos, antes de Trípoli e Benghazi serem bombardeadas, embora antes de 1986 tivessem existido apenas dois exemplos claros do envolvimento líbio em acções que podiam ser consideradas como "terrorismo". Depois dos bombardeamentos houve 14 acções desse tipo, que culminaram no horror do atentado de Lockerbie, embora só possa existir uma certeza quanto a isso quando os juízes escoceses derem o seu veredicto sobre o apelo feito por Abdelbasset Maghrahi. E o que é que poderia ter acontecido no Irão se os Estados Unidos não tivessem querido compensar a humilhação que sofreram na revolução islâmica tentando isolar diplomaticamente Teerão, e fazendo-o com tanto mais empenho quanto a Europa, de forma igualmente entusiástica, procurava oportunidades de negócio no país? A lei das sanções Irão-Líbia mantém-se (foi renovada por mais cinco anos no início de Agosto) como um triste testamento das consequências da miopia diplomática e da forma como os políticos, quando têm demasiado poder, criam os perigos que dizem recear.

O regime de sanções em vigor contra o Iraque perdeu já qualquer justificação razoável, dado que o programa paralelo petróleo-por-alimentos significa que o Iraque exporta actualmente quantidades significativas de petróleo e, quando o programa de reabilitação do sector petrolífero das Nações Unidas for lançado, apesar da hostilidade americana e britânica, irá tornar-se um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

Realidades e ficções

O vocabulário da demonização em assuntos internacionais começou nos anos 80, com as obsessões de direita da Administração Reagan. Quando o pêndulo se afastou da afirmação terceiro-mundista dos anos 70 e 60, para se aproximar da afirmação do interesse nacional a uma escala global, os Estados do mundo em desenvolvimento que se opunham aos interesses ocidentais começaram a enfrentar de forma crescente o anátema da condenação americana e da hostilidade activa do Ocidente.

Esses Estados demasiado ligados a acções abertas contra interesses ocidentais foram declarados como estando fora da comunidade internacional, como tendo-se tornado párias internacionais, que só poderiam ser readmitidos no discurso diplomático depois de terem corrigido as suas atitudes.

Da mesma forma, à medida que a capacidade da União Soviética para lançar uma guerra fria activa foi diminuindo ao longo dos anos 80, outras ameaças à ordem internacional foram sendo descobertas — a primeira das quais o terrorismo. Alguns Estados ligados ao terrorismo, sobretudo ao terrorismo dirigido contra interesses ocidentais, tornaram-se rapidamente os arquétipos de "Estados pária".

Não é por acaso que a maioria destes Estados se situam no Médio Oriente e incluem actualmente o Irão, o Iraque, a Síria, a Líbia e o Sudão, porque ser um Estado pária está intimamente ligado com o conflito israelo-árabe, embora dois outros — Cuba e a Coreia do Norte — façam também parte da lista devido a antigos problemas americanos com ambos. E não devemos esquecer que, até há pouco tempo, o Vietname estava igualmente na lista, até ter sido esquecida a sua ofensa passada de ter vencido a guerra. Também não é por acaso que foram os Estados Unidos a identificá-los como párias internacionais, por considerar que todos eles agiram deliberadamente contra interesses americanos no passado e não expiaram essas acções. A identificação de um país como pária está ligada a uma visão particular dos americanos em relação à arena internacional e reflecte a forma como os EUA entendem o seu passado de superpotência e o seu actual estatuto como a encarnação da estabilidade hegemónica.

Na realidade, para a maioria dos Estados párias, esta sua posição peculiar no quadro internacional advém da sua firme oposição ao papel de Israel no Médio Oriente e do seu apoio à resistência palestina. Dado que, nos anos 70 e 80, alguns grupos palestinos prosseguiram uma inútil campanha de terrorismo contra Israel e os seus aliados ocidentais, e que esses grupos receberam, abertamente ou não, apoio de Estados como o Irão, o Iraque e a Síria, a hostilidade ocidental em relação a eles é compreensível, embora deslocada —o foco do problema não estava nos Estados mas sim na natureza do conflito israelo-árabe.

Esse apoio foi reforçado pelo confronto ideológico entre o Ocidente e o crescimento do Islão político no Médio Oriente depois da guerra israelo-árabe de 1967, que destruiu o nacionalismo árabe como a principal ideologia da região. Este confronto transformou-se numa divisão política e diplomática na qual sobretudo os EUA consideram impossível lidar com estes países a menos que eles abandonem a sua rejeição do Estado israelita tal como ele existe actualmente na região.

É claro que todos os Estados envolvidos são pouco atraentes por outras razões. São intolerantes a nível ideológico e profundamente repressivos em relação às suas próprias populações. São nacionalistas e corruptos, com economias que fracassaram há décadas. Têm pouco que os recomende como potenciais aliados do Ocidente e, pelo menos no caso do Iraque, comportaram-se de uma forma que os torna inaceitáveis num mundo que caminha para uma sociedade internacional baseada em regras.

Embora possam ser encontradas explicações para a invasão iraquiana do Kuwait, esta acção não poderá nunca ser desculpada e, a esse nível, a hostilidade americana, com o apoio da Europa, em relação a este país é plenamente compreensível. Os iraquianos também apoiaram grupos terroristas — e nem sempre pelo motivo superficialmente respeitável de apoiar lutas de libertação nacional. No entanto, estas características não os impediram de receber apoio ocidental. Afinal, o Iraque foi apoiado de forma constante e substancial pelo Ocidente durante os oito anos da guerra contra o Irão e, em 1984, recebeu o prémio do restabelecimento das relações diplomáticas com os EUA, depois de uma interrupção de 17 anos devida precisamente ao apoio dado ao terrorismo palestino contra Israel. Henry Kissinger terá revelado parte do jogo ocidental ao comentar "É uma pena que não possam perder os dois!", mas o facto é que o Iraque se tinha tornado um aliado ocidental e americano. De facto, até Saddam ter feito o cálculo completamente errado que o levou a invadir o Kuwait em Agosto de 1990, ele poderia ter mantido uma relação próxima com os EUA no controlo do Golfo!

Também a Líbia foi tolerada pelo Ocidente durante a década de 70, apesar do seu apoio público às posições extremistas palestinianas, em grande parte dada a sua importância como produtor de petróleo. Perdeu esta posição privilegiada como garantia contra uma tomada de poder comunista no Médio Oriente apenas em 1980, quando não apoiou os EUA na crise dos reféns da embaixada americana em Teerão. E o Irão, claro, tinha sido a chave da influência americana no Médio Oriente no tempo do Xá, mas a rejeição do ayatollah Khomeini quer da América quer da União Soviética na sua máxima "Nem Ocidente nem Oriente", juntamente com a expulsão dos interesses ocidentais do Irão em 1979, garantiu ao país décadas de completa hostilidade.

Para se tornar um Estado pária, um país tem, portanto, que preencher uma série de condições, nenhuma das quais tem muito a ver com a sua política interna. De uma forma geral implica uma oposição activa aos interesses americanos (daí o facto de Cuba e a Coreia do Norte fazerem parte da lista, embora Pyongyang tenha intensificado o seu estatuto ao tornar-se o único Estado pária a desenvolver uma tecnologia de mísseis que pode ser uma ameaça genuína à costa ocidental dos EUA). Hostilidade em relação aos interesses americanos no Médio Oriente é um ponto importante, embora o critério original de hostilidade em relação a Israel e apoio a grupos palestinianos extremistas tenha agora sido suplantado por apoio a actores não estatais, como Osama bin Laden. O problema aqui é que os EUA apoiaram também no passado, mesmo que indirectamente, Bin Laden, quando, através da CIA e da Arábia Saudita, encorajaram os radicais árabes a lutar com os "mudjahideen" no Afeganistão como forma de combater a União Soviética.

Outra forma de atrair esta desonra é lançar-se em programas de armamento maciços, sobretudo se envolverem proliferação nuclear ou o desenvolvimento de armas químicas e biológicas. A Líbia é há muito acusada de o fazer, e fê-lo certamente nos anos 70 e 80. O Iraque é conhecido como tendo desenvolvido importantes programas deste tipo, embora a maior parte deles tenham já sido desmantelados, e o Irão está certamente interessado em rearmar-se e é possível que tenha ambições nucleares. No entanto, a Índia e o Paquistão desenvolveram também recentemente armas nucleares e, à excepção de um curto período de sanções, viram as suas relações com os EUA emergir sem perturbações. E há muito que se sabe que Israel possui um programa nuclear significativo que já produziu pelo menos 200 armas nucleares. Outros Estados do Médio Oriente não foram deixados para trás, já que praticamente todos têm em desenvolvimento programas de armas químicas e biológicas.

Um presente perpétuo

Portanto, nem este tipo de actividade, nem o envolvimento em terrorismo de Estado são, por si sós, suficientes para transformar um país em pária. A verdadeira essência desta classificação tem a ver com intenção e esta tem que estar relacionada com a oposição a objectivos americanos e ocidentais, sobretudo no Médio Oriente, relacionados com o processo de paz israelo-árabe, dado que os três "Estados párias" do Médio Oriente expressaram todos, em graus diferentes, a sua oposição ou desagrado perante os esforços liderados pelos americanos para pôr termo ao conflito.

No entanto, depois do fim da guerra fria que alimentou alguns destes Estados, oferecendo-lhes os dúbios benefícios da protecção soviética contra a hostilidade ocidental, vale a pena perguntar até que ponto algum deles representa hoje uma ameaça aos interesses ocidentais na região. Os EUA publicam um relatório anual sobre terrorismo global, no qual os Estados párias — Madeleine Albright, num pouco característico momento de honestidade no final da Administração Clinton, alterou o vocabulário para "Estados de preocupação", um erro que o Presidente Bush perdeu pouco tempo a corrigir — figuram com grande destaque.

O que é espantoso neste relatório é que, sem dúvida no ano 2000 mas pode também aplicar-se a anos anteriores, nenhum dos três principais Estados párias do Médio Oriente — o Irão, o Iraque e a Líbia — se envolveu em alguma actividade que possa honestamente ser considerada "terrorista". É difícil resistir à conclusão de que, por muito desagradáveis que estes Estados possam ser, por muito pouco atraentes que sejam como parceiros, nenhum deles merece actualmente a hostilidade de que é alvo. O Estado pária é hoje uma quimera, mesmo que tenha tido razão de ser no passado, e a melhor maneira de lidar com eles seria através de um envolvimento crítico — precisamente a opção preferida pela Europa — e não pela exclusão e diabolização.